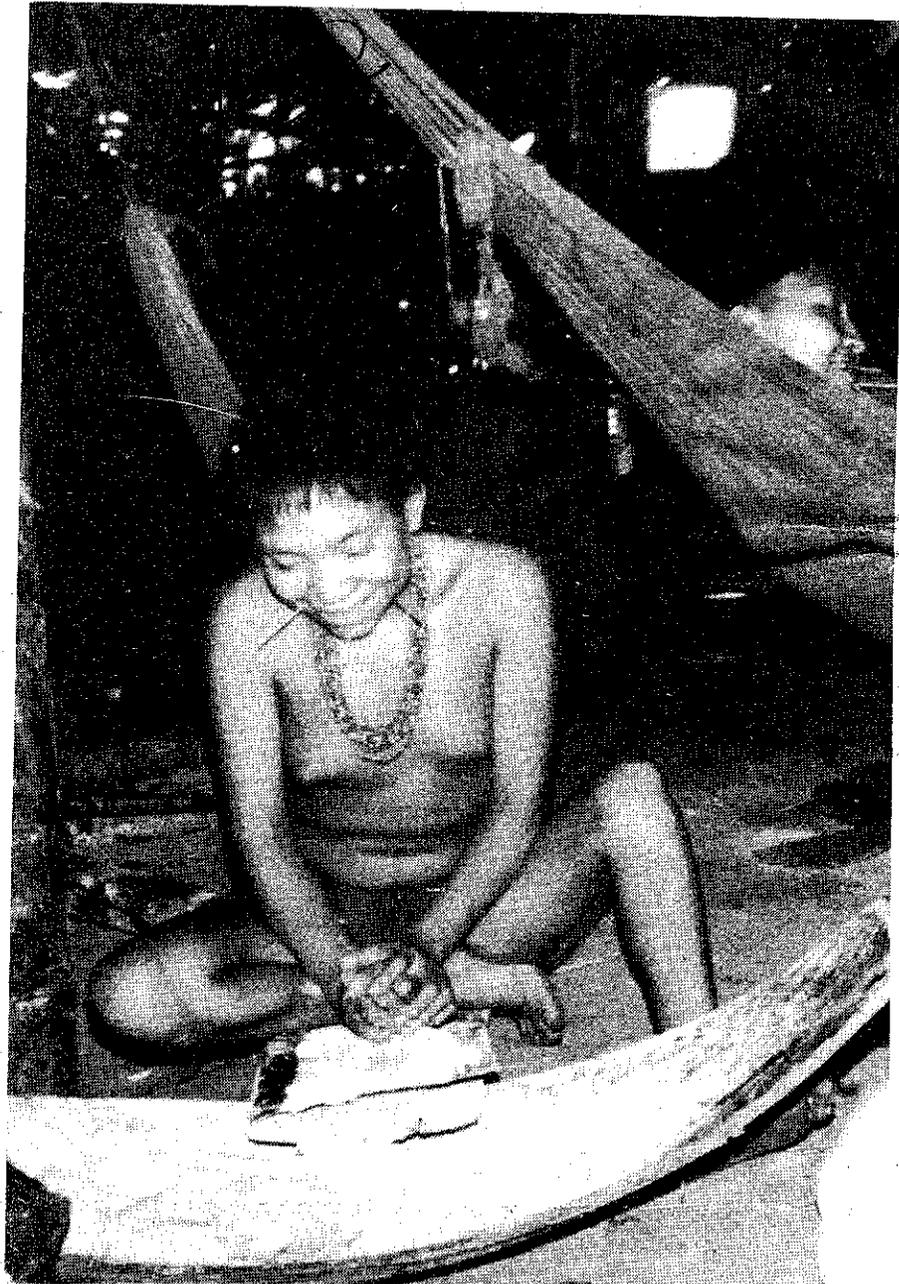


CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: folha de São Paulo Class.: 223

Data: 05/04/81 Pg.: _____



A preservação dos ianomami depende da criação de uma reserva que respeite seu "habitat".

Os Ianomami sem terras

O Gabinete Civil da Presidência da República aguarda respostas da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e da Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami a uma proposta que formulou recentemente, para a criação de um Parque Federal em Roraima.

O parque proposto pelo governo terá apenas 3,5 milhões de hectares, contra os 6,4 milhões pretendidos pela Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami. Além disso, o

Parque Federal deixaria de fora cinquenta aldeamentos ianomamis próximos, localizados no Estado do Amazonas, marginalizando assim 2.800 integrantes daquela nação indígena.

Conforme mostra o repórter Carlos Alberto Luppi, dois terços da área do Parque Federal não seriam destinados aos ianomamis, e sim a órgãos governamentais, companhias de mineração e batalhões do Exército.

Projeto governamental ameaça dividir ianomamis

CARLOS ALBERTO LUPPI

Acuados desde 1974 por frentes de penetração em seu território tradicional — principalmente minerações, abertura de estradas e projetos agrícolas — que lhes causaram centenas de mortes por doenças e conflitos, e destruição de vários grupos de malocas, os quase nove mil índios da nação Ianomami — habitantes tradicionais de 13% do Território Federal de Roraima e boa parte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela em área de 11 milhões de hectares — correm, agora, o risco de terem metade de seu território dividido, com sérios prejuízos para uma população de 2.800 indígenas.

E que está em discussão pelo governo — à espera de sugestões da CNBB e da Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami — uma proposta do Gabinete Civil da Presidência da República para criar na área um Parque Federal e não exatamente o Parque Ianomami, pelo qual desde 1968 várias entidades envolvidas na questão indígena vêm lutando. Este, novo parque, segundo a proposta, ficaria numa área quase 50% menor do que a pretendida e considerada necessária à preservação do grupo indígena, que, em sua maior parte, permanece isolado do contato com a sociedade branca.

REDUÇÃO DA ÁREA

A idéia do governo é criar um Parque Federal com 3 milhões e 500 mil hectares, sem as áreas tradicionalmente indígenas do Estado do Amazonas e do rio Catrimani, ao sul de Roraima, nas proximidades da Perimetral Norte. O que equivale a uma redução de 2 milhões e 900 mil hectares na área originalmente pretendida para o Parque Ianomami — segundo proposta de várias entidades indigenistas —, que é de 6,4 milhões de hectares.

A proposta governamental, além disso, deixa de fora da área do Parque Federal cerca de cinquenta aldeamentos ianomamis, do total de duzentos já detectados em território brasileiro. Estes aldeamentos ou malocas atualmente estão localizados em terras onde dominam missões religiosas católicas e protestantes da Ordem Salesiana, Novas Tribos do Brasil e Prelazia de Roraima, nas regiões de Maturacá, Maraujá, Marari, Toototobi e Catrimani. Nestas malocas, a população estimada é de 2.800 índios.

Há divergências no meio clerical

Entre bispos e padres há severas discussões sobre este assunto e as divisões são claras. O Conselho Indigenista Missionário é frontalmente contra a proposta, por considerar que "o povo ianomami não deve ser dividido", mas há quem aprobe a idéia, alguns considerando que "é melhor alguma coisa do que nada" e outros por interesse missionário na área.

A Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami — liderada pela antropóloga Cláudia Andujar — já fez chegar à CNBB seu protesto formal "contra mais esta barbaridade que divide uma nação inteira de índios, desconhece sua necessidade de áreas contínuas e entrega o povo Ianomami a um extermínio lento e progressivo, com o qual ninguém pode concordar em sua consciência".

Neste Parque Federal, entre as várias áreas indígenas já definidas pela Funai, o governo manteria postos de várias autarquias federais espalhados em toda a região — IBDF, Sema, Departamento de Pesquisas Minerais e outros — além de batalhões do Exército. As diversas áreas entre os grupos indígenas — compreendendo dois terços da área total do parque — ficariam assim inteiramente abertas para a exploração mineral da região, com sérios danos ao povo Ianomami, cujo isolamento seria fictício.

INTERCAMBIO ESSENCIAL

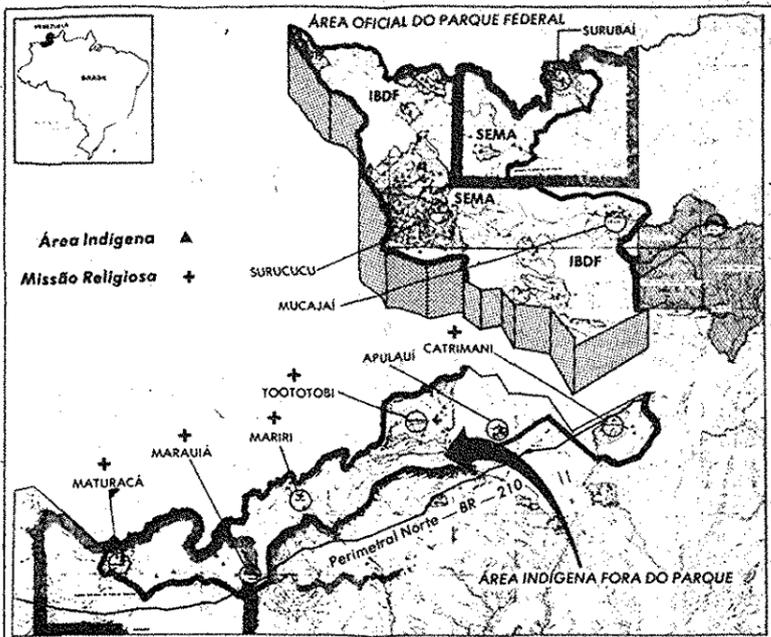
A proposta do governo praticamente desconsidera uma característica básica dos Ianomami: seu nomadismo intermitente, já que os exercícios de sua atividade sócio-econômica requerem áreas bastante amplas. Assim, é impossível aos Ianomamis conservar sua cultura e seus costumes intactos numa área reduzida. Os vários grupos indígenas desta nação mantêm entre si frequentes intercâmbios que se traduzem em trocas de bens e alianças matrimoniais. Um intercâmbio considerado essencial para facilitar novas amizades, novas alianças, trocas de visitas e festas, para o exercício de um sentimento básico deste povo: compartilhar as coisas, os bens, a floresta, a vida. A necessidade do espaço contínuo para um Ianomami se deve exatamente a que seja possível a renovação da terra e do potencial da fauna e da flora que cercam este povo.

Os Ianomami não exploram predatoriamente a floresta e os recursos naturais. Após algum tempo num lugar, eles se deslocam, permitindo a renovação das fontes naturais de sua sobrevivência física e cultural.

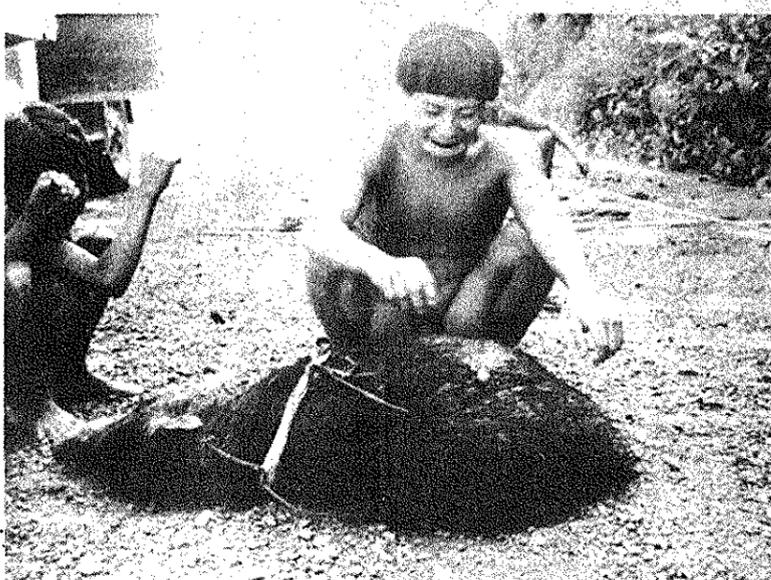
Espiritualidade marca a mitologia

O povo Ianomami, atualmente, é formado por um total de dezenove mil índios, dos quais nove mil no Brasil e dez mil na Venezuela, na fronteira com o Brasil. Hoje constitui a maior nação indígena de toda a América que ainda conserva cultura, língua e costumes próprios.

Não conhecem a escrita e sua língua é rica em regras gramaticais. Sua mitologia é muito viva: começa no início do mundo Ianomami e não termina por que se renova a cada



Na área assinalada pela seta, 2.800 índios ficam de fora do Parque Federal, embora dentro do território Ianomami.



Nômades, praticando a caça e a coleta, os Ianomamis necessitam de uma ampla área para sua sobrevivência.

dia, encaixando pessoas e acontecimentos de ontem e de hoje. Têm uma espiritualidade aguçada: sem distinguir "inferno e paraíso", os Ianomami acham que, depois da morte, pode-se ir para o céu ou para debaixo da terra. Sem muitas discriminações, resumem a natureza humana de forma simples: o Ianomami que na vida foi generoso, soube compartilhar, irá para o céu, os demais vão para debaixo da terra. Acrescentam, entretanto, que, na realidade, ninguém vai para baixo da terra "por que todos os Ianomamis são generosos".

SENTIDO COMUNITÁRIO

O povo tem acurado sentido de "comunidade", desde sua forma de vida: cada grupo vivo numa única maloca, já que esta é considerada uma propriedade comum em cuja construção cada indivíduo contribuiu, cuidando da manutenção. No interior da maloca, não existem divisões entre uma família e outra, mas todas se respeitam muito, cada família com sua intimidade. O que localiza, o que representa e individualiza o núcleo familiar é um fogo, praticamente eterno, símbolo da vida e da união familiar. O espaço central da maloca é comum, onde se desenvolvem as principais atividades: festas, rituais, brincadeiras de adultos e crianças.

O Ianomami considera a natureza muito generosa consigo e por isso a respeita permitindo que ela se reproduza. Entre os índios, há a natural preocupação de que cada indivíduo da comunidade possa ter chances iguais de se realizar como homem. Também a caça, a pesca, a colheita e a roça são atividades comunitárias onde quem caça mais, pesca mais, colhe mais ou cultiva mais, tem obrigação de compartilhar mais com quem tem menos. Assim, pretender dividir uma comunidade Ianomami da outra com redução das áreas de circulação dos índios, é o primeiro passo para sua destruição.

UM POVO AMEAÇADO

A proposta do governo de criar o Parque Ianomami em área reduzida é, na realidade, apenas mais uma das ameaças que desde 1974 vêm pairando sobre aquele povo, hoje sobrevivendo atrás de uma frágil linha que separa sua preservação de sua destruição. Até 1973, as áreas habitadas pelos índios em Roraima e Amazonas permaneciam praticamente intocáveis. Os contatos dos índios com os brancos eram esporádicos: expedições científicas, comissão de limites, missionários, membros da FAB, caçadores, castanheiros. Mas, a partir de 1974, o grupo indígena começou a enfrentar ameaças de destruição física e cultural.

A primeira delas foi a abertura da estrada Perimetral Norte (BR-210) que corta numa extensão de 225 quilômetros o sul do território Ianomami tradicional, em Roraima, nas proximidades da missão Catrimani. As consequências foram desastrosas: ao longo dos primeiros cem quilômetros de estrada, treze aldeias foram praticamente destruídas em decorrência do contato com as equipes de construção da estrada. Mais de dois mil índios morreram de gripe, sarampo e doenças venéreas, além da tuberculose. Os remanescentes destes grupos Ianomamis estão hoje reduzidos a oito pequenas famílias, famintas e doentes, dispersas nas imediações

da estrada e alguns destes índios são utilizados como mão-de-obra barata em serrarias da região. Na altura do quilômetro 145 da Perimetral (que pretendia ligar Manaus a Caracas) vários outros grupos Ianomamis foram atingidos por epidemias, tanto que o número de casos de doenças entre os índios se elevou em oito vezes numa comparação entre sua situação antes da abertura da estrada e nos três anos seguintes ao trabalho das empreiteiras.

GARIMPO DEVASTA

Em 75 e 76, após a descoberta pelo Radam de grandes jazidas minerais na região, registrou-se uma grande corrida de garimpeiros à serra dos Surucucus, exatamente na área onde há a maior concentração de Ianomamis em território brasileiro. Muitos índios morrem de doenças e os conflitos com os quinhentos garimpeiros da área foram constantes. Missionários protestantes atuando na área denunciaram na ocasião "o assassinato de índios que insistiram em permanecer na região do garimpo" e o então governador de Roraima, Ramos Pereira, declarava: "Sou de opinião que uma área rica como essa, com ouro, diamante e urânio, não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o desenvolvimento".

Incrá demarcou terras indígenas

O crescimento dos conflitos provocou intervenção na região e os garimpeiros foram evacuados. Mas, paralelamente, grandes empresas já solicitavam ao governo autorização para garimpar na região. Dois anos depois, os 3.800 índios da Serra dos Surucucus viram-se novamente ameaçados pelos projetos de mineração em seu território. A Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais e a Cia. Vale do Rio Doce entraram no território Ianomami, segundo denúncias da Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami e atuaram a oitenta quilômetros do local onde existem 76 aldeias de índios.

Ao mesmo tempo, a Funai declarou como "de ocupação indígena" 21 áreas diminutas e descontínuas, desconhecendo a característica nômade do grupo Ianomami e sua necessidade de áreas grandes e contínuas. No levantamento feito, a Funai deixou de fora 42 aldeias Ianomamis, por erros de avaliação.

Também o Incra na ocasião promoveu ocupação de parte das terras dos Ianomamis: ao iniciar a demarcação de duas glebas em Roraima com 800 mil hectares, o órgão atingiu áreas dos índios no Alto e Baixo Rio Apiaú. O mesmo aconteceu com outros duzentos mil hectares de terras indígenas entre os rios Apiaú e Ajarani pertencentes a Ianomamis mortos por ocasião da abertura da Perimetral Norte. Aos poucos grupos de índios remanescentes foi atribuída uma área de 35 mil hectares encravada num outro território, maior, já destinado a projetos agrícolas.

Todas essas ameaças fizeram surgir a idéia da criação do Parque Ianomami, defendida por dezenas de entidades nacionais e internacionais, até mesmo pelo Conselho Mundial dos Povos Indígenas, através da ONU, que o considera de "importância fundamental à preservação do povo Ianomami".